
São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Terça-feira, 24 de setembro de 2024 | Edição N º 1120

datamercantil.com.br

Nº 2 de Haddad defende usar dinheiro esquecido em meta fiscal e sinaliza volta ao STF para compensação

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta segunda-feira (23) que o governo pode voltar ao STF para cobrar a compensação completa da desoneração da folha. Isso caso o Banco Central não considere o chamado dinheiro esquecido nos bancos no cálculo da meta fiscal.

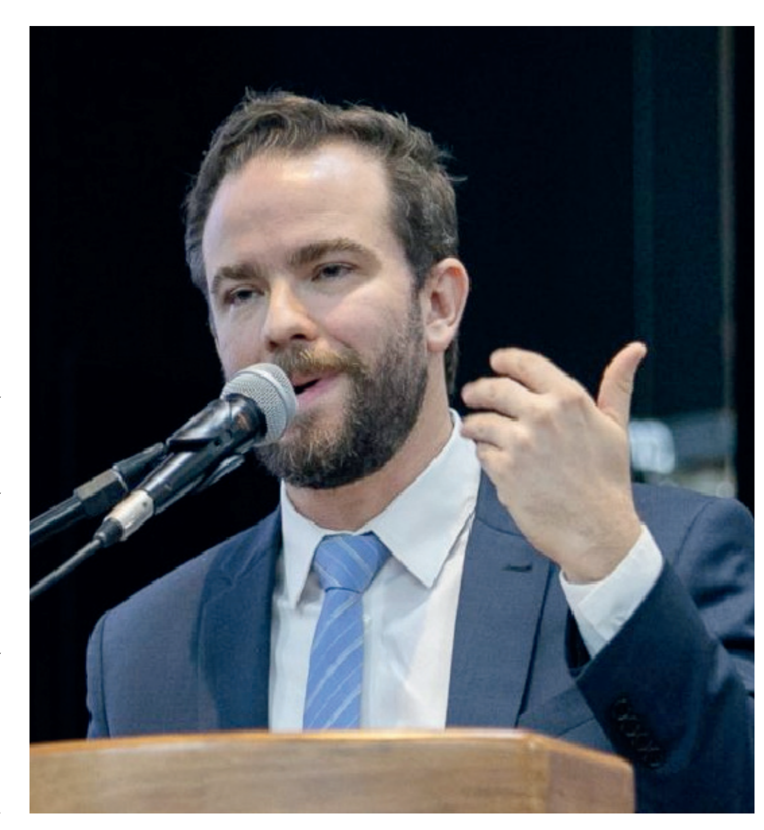
O número 2 do Ministério da Fazenda disse que medida semelhante já foi feita em 1997 no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e registrada como receita primária no cálculo do resultado das contas públicas pelo Banco Central.

Durigan disse que o governo vai buscar diálogo com o BC para ver se a instituição vai mudar de posição agora em relação ao passado. "Isso é um esforço fiscal e tem a cara de receita primária", afirmou o secretário nesta segunda, durante entrevista sobre o 4º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento.A receita desses depósitos, calculada em R$ 8,5 bilhões, foi aprovada pelo Congresso como uma medida de compensação para a perda de arrecadação com a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores e dos municípios até 156 mil habitantes.

O impasse em torno do tema começou porque o BC, em nota enviada ao Congresso, na véspera da votação, informou que esses depósitos não podem ser contabilizados como receita primária no cálculo do resultado das contas públicas e pediu a rejeição integral da medida. O BC avisou, no entanto, na nota que o dinheiro pode ser reduzido no total da dívida pública.

"Abater na dívida é algo importante, mas não é a compensação suficiente se não for considerado resultado primário", disse Durigan. O STF exigiu a compensação da perda de arrecadação para a desoneração ser mantida. "Se o BC não mantiver que vai considerar [como receita como fez no passado], é preciso avaliar", admitiu.

A fala de Durigan é uma sinalização de que não há segurança jurídica sobre a eficácia da permissão que o Congresso deu ao governo para que esse dinheiro possa ser apropriado como receita e computado na meta fiscal. Folhapress



Economia



Governo reduz expectativa de economia de despesas para R$ 6,8 bi neste ano

Página - 03

Intenção de Consumo das Famílias recuou 0,3% em setembro, diz CNC

Página - 03



STARTUP

Movêu levanta aporte de R$ 3 milhões

Página - 05



Petrobras anuncia edital de R$ 16 milhões para startups de tecnologia

Página - 05



Política

Com R$ 40,5 bi em gastos fora da meta fiscal, governo Lula terá rombo de R$ 69 bi em 2024

Página - 04

Tarcísio sanciona projeto que altera agências reguladoras do estado

Página - 04

No Mundo

Israel mata centenas e desaloja milhares no Líbano; Hezbollah revida



Naquilo que se configura como uma guerra aberta entre Israel e o Hezbollah, o Estado judeu fez o maior e mais mortífero ataque contra o grupo libanês desde que Tel Aviv colocou a estabilização de sua fronteira norte como prioridade da guerra que trava na Faixa de Gaza contra os palestinos do Hamas.Durante a madrugada desta segunda (23, noite no Brasil), as Forças de Defesa de Israel fizeram o maior bombardeio contra o Líbano na guerra, matando ao menos 356 pessoas e ferindo 1.246, segundo o Ministério da Saúde em Beirute.

Ao menos 26 mil pessoas saíram de suas casas. "Eu tenho uma mensagem para o povo do Líbano: Israel não está em guerra contra vocês. Está com o Hezbollah", disse o premiê israelense, Byniamin Netanyahu, antes de reforçar a ameaça de que todos correm risco se estiverem em edifícios próximos de estruturas do grupo fundamentalista aliado do Hamas.

Ao todo, foram atingidos 1.100 alvos no Líbano, inclusive no vale do Bekaa, que vinha sendo poupado e fica distante da fronteira conflituosa, e na capital, que sofreu seu segundo bombardeio em menos de uma semana.

Segundo o Hezbollah, um dos ataques secundários, já na noite de segunda, tentou matar um de seus líderes, Ali Karaki. O grupo diz que ele está bem.As IDF, como as forças israelenses são conhecidas por sua sigla inglesa, divulgaram imagens de um míssil de cruzeiro sendo preparado para lançamento de dentro de uma casa no sul do Líbano, só para ser destruído. Agora, ameaçam fazer isso em todo o país, o que levou ao êxodo na região sul do país. A segunda registrou o maior número de mortos libaneses em ataques desde a guerra civil no país, que durou de 1975 a 1990. O conflito teve entre seus capítulos a invasão israelense do sul do país, para caçar a liderança palestina ali exilada, e uma ocupação que derrubou o governo e ajudou a dar à luz o Hezbollah, em 1982.

Igor Gielow/Folhapress

Judiciário venezuelano emite ordem de prisão contra Milei por apreensão de avião

O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela emitiu, a pedido do Ministério Público do país, um mandado de prisão contra o presidente argentino Javier Milei. A justiça venezuelana também pediu a prisão da irmã de Milei e secretária-geral da Presidência, Karina Milei e da ministra argentina da Segurança, Patricia Bullrich, pela entrega aos Estados Unidos de uma aeronave da empresa estatal venezuelana Emtrasur.

Em comunicado publicado nesta segunda-feira (23), a Sala de Cassação Penal da Suprema Corte venezuelana informou que ordenou as prisões pelos supostos crimes de "roubo agravado, legitimação de capitais, simulação de fatos puníveis, privação ilegítima de liberdade, interferência ilícita na segurança operativa da aviação civil, inutilização de aeronaves e associação".

As acusações se devem ao confisco e envio de Boeing 747 da Venezuela, que estava na Argentina, para os EUA, em fevereiro deste ano. Os norte-americanos alegavam que o Boeing tinha pertencido previamente à empresa iraniana Mahan Air, companhia aérea alvo de sanções por supostas ligações com a Força Quds da Guarda Revolucionária Iraniana, que o Departamento de Justiça norte-americano qualifica como "organização terrorista".

Na ocasião, a Venezuela acusou a Argentina e os Estados Unidos de promoverem um "roubo descarado" da aeronave. Como resposta, proibiu que aviões de companhias argentinas sobrevoassem seu espaço aéreo. A aeronave venezuelana acabou destruída nos Estados Unidos.

Após o Ministério Público venezuelano anunciar, na semana passada, que pediria a ordem de prisão, o governo Milei repudiou a medida, afirmando que a apreensão foi determinada pelo Judiciário argentino.

CNN

EUA enviam forças adicionais para o Oriente Médio enquanto tensão aumenta



Os Estados Unidos vão enviar um pequeno número de tropas adicionais para o Oriente Médio, dada a escalada das tensões entre Israel e o Hezbollah no Líbano, disse o Pentágono nesta segunda-feira (23), recusando-se a especificar o número preciso ou a missão das forças destacadas.

"Por muita cautela, estamos enviando um pequeno número adicional de militares dos EUA para aumentar nossas forças que já estão na região", disse o major-general da Força Aérea Patrick Ryder, porta-voz do Pentágono, aos repórteres.

Depois de quase um ano de guerra contra o Hamas em Gaza, Israel está mudando o seu foco para a sua fronteira norte, onde o Hezbollah tem disparado foguetes contra Israel em apoio ao seu aliado Hamas.

Os militares de Israel atacaram nesta segunda-feira o Hezbollah no sul do Líbano, no leste do vale de Bekaa e na região norte perto da Síria em seus ataques mais generalizados. Um ataque israelense desta segunda-feira nos subúrbios ao sul da capital do Líbano teve como alvo o líder do Hezbollah, Ali Karaki, chefe da frente sul, disse uma fonte de segurança à Reuters.

A administração do presidente dos EUA, Joe Biden, tem procurado conter o conflito em Gaza e tem apelado repetidamente para que a crise na fronteira Israel-Líbano seja resolvida através da diplomacia. Esse apelo à diplomacia foi sublinhado pelo secretário da Defesa dos EUA, Lloyd Austin, em chamadas diárias com o ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant.

Especialistas questionam se o Irã ficaria à margem se a existência do Hezbollah no Líbano fosse ameaçada e dizem que as tropas dos EUA também poderiam ser alvo de ataques em todo o Oriente Médio, se uma guerra regional eclodir.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da*



Governo reduz expectativa de economia de despesas para R$ 6,8 bi neste ano



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reduziu mais uma vez a previsão de economia de despesas com o programa de revisão de gastos deste ano.

A projeção agora é de redução de R$ 6,8 bilhões, R$ 2,2 bilhões a menos que a previsão anterior.

Os dados foram apresentados nesta segunda-feira (23) pelo secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo.

O governo reduziu em R$ 1,9 bilhão a previsão de economia com o sistema Atestmed, implementado pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e que dispensa a perícia presencial e permite a apresentação do atestado médico pela internet.

A economia com a revisão de benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) caiu R$ 300 milhões. Não houve detalhamento dos dados.A frustração foi incorporada no 4º relatório bimestral de receitas e despesas do Orçamento, encaminhado ao Congresso na última sexta-feira (20).

O programa de revisão de gastos é até agora a única frente de trabalho em execução no governo Lula para conter as despesas. No início do ano, o governo esperava uma economia de R$ 10 bilhões, valor que caiu mais tarde para R$ 9 bilhões e agora para R$ 6,8 bilhões.

A equipe econômica foi obrigada agora a reconhecer uma nova frustração no documento oficial do governo enviado ao Legislativo e que serve de base para o anúncio de bloqueios e contingenciamentos de despesas orçamentárias para evitar o estouro do teto de gastos do arcabouço fiscal e da meta fiscal.

O foco do programa em 2024 é uma ação para conter o avanço de despesas previdenciárias com medidas administrativas de controle desses gastos.

No primeiro semestre, o governo chegou a anunciar que a previsão de economia de R$ 10 bilhões era conservadora e que poderia chegar ao final do de 2024 entre R$ 14 bilhões e R$ 15 bilhões, na contramão do ceticismo dos especialistas em finanças públicas que não apostaram no potencial do programa para conter o avanço das despesas com o pagamento dos benefícios previdenciários.

Folhapress

Preço de passagem aérea deve cair após baixa no custo de combustível, diz presidente da Azul

O presidente da Azul Linhas Aéreas, John Rodgerson, afirmou nesta segunda-feira (23) que os preços das passagens devem cair no fim do ano com a redução do querosene de aviação.

O combustível usado pelas aeronaves teve queda de 8,8% em setembro. No ano, a redução é um pouco mais tímida, de 8% com expectativa de novas baixas nos preços nos próximos meses.

"O querosene da aviação tem caído 20% [nos últimos meses]. Nós estamos muito animados para a alta temporada agora. A gente tem sofrido há muitos anos com preço alto, então [...] o preço do combustível cair 20%, nós estamos muito animados por isso", disse John.

Segundo o presidente da Azul, demora de 30 a 45 dias para a empresa aérea repassar os reajustes nos valores ao consumidor. "Também depende de quando a pessoa compra a passagem aérea", afirmou.

John Rodgerson também disse que a Petrobras deve baixar novamente o valor do combustível da aviação. A empresa aposta na queda por acompanhar dados diários sobre o QAV (querosene de aviação).

O presidente da Azul afirmou ainda que a empresa não vai capitalizar a TAP com a dívida de R$ 1,2 bilhão que a companhia portuguesa tem com a aérea brasileira.

O governo português tenta pela segunda vez privatizar a TAP. O grupo alemão Lufthansa está interessado e começou tratativas para ver a viabilidade do negócio. Com o avanço da privatização, a Azul contratou um escritório de advocacia na Europa para cobrar a dívida.

"Nós investimos na TAP em 2016. A gente botou 90 milhões de euros dentro da TAP para ajudar a capitalizar a empresa. É uma dívida antiga que já é reconhecida", disse John Rodgerson.

Ele disse que o valor voltou ao noticiário porque a "TAP está pensando em se vender de novo". "Com essa venda, eles têm que pagar [a dívida] de volta", afirmou.

Folhapress



Intenção de Consumo das Famílias recuou 0,3% em setembro, diz CNC



A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) caiu 0,3% em setembro. O resultado foi divulgado nesta segunda-feira (23) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que apura mensalmente o indicador. Na avaliação dos pesquisadores, a queda reflete uma piora na avaliação sobre a perspectiva profissional, que apresentou recuo de 0,4%, e sobre o acesso ao crédito ao cair 1,3% no mês.

De acordo com a pesquisa, a redução mais significativa ocorreu entre as famílias de maior renda e o público masculino. Nesses dois segmentos, as percepções do mercado de trabalho e de consumo futuro pioraram.

A CNC destacou que apesar do recuo, o indicador ainda ficou em 103,1 pontos, o que significa permanência acima do nível de satisfação e maior patamar desde março deste ano. Naquele momento alcançou 104,1 pontos.

Mesmo com aumento de 0,4% na avaliação sobre o emprego atual, o que mostrou sinais de melhora, a desaceleração na criação de empregos e a incerteza econômica resultaram em uma retração de 0,4% na perspectiva profissional. Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, a cautela das famílias continua. "O saldo positivo do mercado de trabalho anima os consumidores no curto prazo, mas a cautela quanto ao futuro permanece", diz nota divulgada pela CNC.

A entidade lembrou que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de julho "também revelou um aumento no volume de assalariados, com crescimento acumulado de 3,9% nos últimos 12 meses".

A pesquisa indicou ainda que o mercado de crédito sofreu influência da maior pressão inflacionária e das incertezas fiscais. Com isso o crédito se tornou mais restrito, levando a uma retração de 1,3% no sub indicador que mede a satisfação com o acesso ao crédito.

ABR

Política

Com R$ 40,5 bi em gastos fora da meta fiscal, governo Lula terá rombo de R$ 69 bi em 2024



As despesas de combate à calamidade no Rio Grande do Sul e às queimadas e o pagamento de valores retroativos ao Judiciário resultarão em um gasto de R$ 40,5 bilhões fora das regras fiscais em 2024.

Com isso, mesmo prometendo um resultado dentro da meta fiscal, que permite um déficit de até R$ 28,8 bilhões neste ano, o rombo efetivo será de R$ 68,8 bilhões no segundo ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mesmo fora das regras fiscais, essas despesas contribuem para elevar a dívida pública. A dívida bruta do país ficou em 78,5% do PIB em julho, segundo dados do Banco Central.

De acordo com o relatório bimestral do Orçamento, divulgado na sexta-feira (20), foram destinados R$ 38,6 bilhões em créditos extraordinários ao enfrentamento da calamidade no Rio Grande do Sul, estado assolado por enchentes em maio de 2024.

Outros R$ 514,5 milhões foram direcionados para o combate a incêndios, sobretudo na Amazônia e no Pantanal.

Houve ainda um crédito extraordinário de R$ 1,35 bilhão em favor do Judiciário e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o TCU (Tribunal de Contas da União) determinou ao Executivo restituir diferenças retroativas de limites concedidos a menos no teto de gastos entre 2017 e 2019. O dinheiro foi liberado no início de julho, e a maior parte (R$ 1,1 bilhão) foi direcionada a despesas com pessoal.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, disse, em entrevista coletiva nesta segunda-feira (23), que ninguém esperava eventos dessas proporções, tanto em relação às enchentes no Rio Grande do Sul quanto às queimadas. Ele lembrou que o crédito extraordinário é um instrumento já previsto na Constituição e que a própria lei do arcabouço fiscal o exclui do alcance do limite de gastos.

Embora fora do limite de gastos, o crédito extraordinário entra para a contabilidade do resultado primário, segundo as regras fiscais em vigor.

Folhapress

Nunes reúne coligação, critica traidores e vê Tarcísio exaltado e Bolsonaro esquecido

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) reuniu na manhã desta segunda-feira (23) aliados políticos de peso em um evento na Vila Olímpia (zona sul) mas o político mais saudado foi o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Com presidentes e parlamentares de 12 partidos políticos, os discursos para cerca de 400 pessoas tiveram otimismo e crença na vitória de Nunes e, principalmente, agradecimentos e projeções para Tarcísio, que é cotado como presidenciável da direita em 2026, já que Jair Bolsonaro (PL) está inelegível.

Ciro Nogueira, presidente do PP, por exemplo, afirmou que a coligação de Nunes pode inspirar "para, em 2026, estarmos unidos num grande projeto para unir o Brasil". Enrico Misasi, presidente municipal do MDB, afirmou que o pleito atual trata não só dos próximos quatro anos de São Paulo, mas "dos próximos 10 anos para a história do Brasil".

Presidente do MDB e coordenador da campanha, Baleia Rossi disse que Tarcísio é o fiador da coligação e "tem sido o carro chefe dessa aliança, andando os quatro cantos da capital". Gilberto Kassab, presidente do PSD, disse que é preciso ter padrinhos políticos na vida pública e que Nunes "escolheu o padrinho certo, que é Tarcísio".

Bolsonaro, que apesar de ter fechado uma aliança protocolar com Nunes chegou a fazer acenos a Pablo Marçal (PRTB), foi mencionado apenas por Valdemar Costa Neto, presidente do PL. Valdemar também falou de Tarcísio, a quem chamou de "maior cabo eleitoral do Ricardo Nunes".

O telão do evento trazia Nunes, Tarcísio e o candidato a vice na chapa, Ricardo Mello Araújo (PL), policial bolsonarista indicado pelo ex-presidente. Nos bastidores, integrantes da coligação ressaltaram o comportamento volátil do ex-presidente e diminuíram a importância de que ele embarque de verdade na campanha, principalmente neste momento em que Nunes (27%) lidera o Datafolha e abriu margem em relação a Marçal (19%).

Folhapress



Tarcísio sanciona projeto que altera agências reguladoras do estado



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou nesta segunda-feira (23) o projeto de lei complementar que altera a estrutura das agências reguladoras do estado.

O projeto, proposto pelo governo, aproxima a gestão, a organização, o processo decisório e o controle dessas entidades do modelo seguido pelas agências federais.

Além de alterar o regime jurídico da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) e da Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo), a medida cria a SP Águas, que substituirá o atual DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica).

O pacote de mudanças estabelece requisitos para indicação de diretores e determina o número de ocupantes nas diretorias e a duração dos mandatos, na busca por maior blindagem da área técnica das agências.

Com a nova lei, a Artesp será responsável pela regulação das concessões rodoviárias, aeroportuárias, hidroviárias e ferroviárias, além do transporte coletivo. A Arsesp continuará a regular e fiscalizar os serviços de gás e saneamento, operado por companhias como Sabesp e Comgás.

A SP Águas assume as funções do DAEE, que faz a gestão e fiscalização do uso da água em todo o estado.

Segundo o governo, a nova agência terá papel importante para a segurança hídrica em São Paulo, fazendo controle de cheias, com ações para enfrentamento das mudanças climáticas, controle sobre a retirada de água de fontes superficiais e subterrâneas.

Hoje, o departamento, além de regular os rios e aquíferos, é responsável por obras para captação de água, barragens e outros empreendimentos hídricos.

O objetivo de transformar o órgão em agência reguladora foi dar mais autonomia e independência à autarquia, com mandatos definidos para dirigentes e fontes próprias de receita.

Folhapress





Movêu levanta aporte de R$ 3 milhões



A Movêu, startup de móveis personalizados online, recebeu um investimento no valor de R$ 3 milhões em uma rodada liderada pelo Investidores.vc, que disponibilizou o montante de R$1,5 milhão. O aporte também contou com fundos como GV Angels e Poli Angels, além de investidores anjos.

Fundada em São Paulo, por Guilherme Kodja e Rodrigo Palandi, a startup teve a sua captação dividida em duas partes, uma sendo realizada em 2023 e outra agora em 2024. Com o montante, a Movêu tem como objetivo desenvolver novas tecnologias, aumentar o portfólio de produtos e aumentar o alcance da marca que já vem se destacando nas mídias sociais.

Movêu quer contratar e investir ainda mais em tecnologia.Com a implementação da tecnologia 3D personalizando e digitalizando a experiência de compra de um móvel sob medida pela internet, a startup possui a projeção de faturamento de R$1,5 milhão em 2024, vendendo mais de 500 móveis no ano. Além disso, pretendem contratar ainda esse ano pessoas para vagas de tecnologia, produto, operação e marketing. Já para 2025, Guilherme ressalta que tem como expectativa faturar mais de R$5 milhões.

"Com esse aporte vamos conseguir deixar a jornada do consumidor ainda mais personalizável, com mais opções de mobília e uma experiência encantadora para o cliente e os parceiros da marca. Essa foi nossa segunda rodada de captação e conseguimos unir grandes investidores de tecnologia", destaca Guilherme.

A Movêu se conecta com as indústrias e produz o móvel de maneira automatizada, permitindo escalá-lo sob medida, criando customização em larga escala. Além disso, a startup desenvolveu um dispositivo de encaixe que possibilita que o consumidor monte o móvel sem precisar de nenhuma ferramenta e ainda garante uma solução para o pós-venda.

"Atendemos o público que busca por qualidade e personalização, mas não quer passar pelo estresse de contratar marceneiro ou planejado, e nem quer sua casa com cara das marcas do varejo padronizado. Atuamos hoje em todo o sudeste e estamos iniciando a expansão para o país inteiro", afirma Guilherme. Startupi

Clínica Experts dobra de tamanho e mira 10 mil assinantes em 2024

O mercado de saúde no Brasil tem avançado significativamente na digitalização de processos nos últimos anos. De acordo com a décima edição da pesquisa TIC Saúde, o uso de sistemas eletrônicos para registro de informações dos pacientes cresceu de 74% dos estabelecimentos em 2016 para 87% em 2023, aumento que indica a relevância da tecnologia na automação de processos de trabalho nesse segmento.

As oportunidades neste mercado são especialmente promissoras na área da Estética. Segundo o relatório "Aesthetic Medicine Market Size, Share & Trends Analysis", divulgado pela Grand View Research, o setor foi avaliado em US$ 82,46 bilhões no último ano e estima-se que cresça cerca de 8,3% ao ano até 2030.

Hoje, o Brasil é um dos maiores consumidores do mercado estético do mundo. Contudo, a oferta de sistemas de gestão empresarial costuma ser direcionada para as áreas de Medicina e Odontologia tradicionais. Essa brecha, somada ao cenário de crescente digitalização, cria oportunidades para empresas inovadoras como a Clínica Experts, que vem se posicionando como uma solução completa de gestão para clínicas estéticas.

SaaS da Clínica Experts foca nas necessidades do setor

Fundada pelo gaúcho Tiago Mário em 2019, a empresa desenvolve um software de gestão (SaaS) que atende necessidades específicas dos profissionais que oferecem tratamentos corporais, faciais, capilares, depilação e harmonização. "Percebemos que havia uma grande oportunidade de mercado ao oferecer uma solução que integrasse todos os aspectos da gestão de uma clínica, visto que a maioria dos players foca em médicos e dentistas, e foi com essa visão que começamos a desenvolver o SaaS", comenta Tiago.

Startupi



Petrobras anuncia edital de R$ 16 milhões para startups de tecnologia



A Petrobras anunciou recentemente a abertura de um edital voltado para startups de software e deep tech, oferecendo um total de R$ 16 milhões em financiamento para projetos de inovação tecnológica. O objetivo é atrair empreendedores que possam desenvolver soluções avançadas para as operações da empresa, incluindo inteligência artificial (IA), automação e tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT) e blockchain.

A iniciativa visa manter a liderança da Petrobras no cenário energético global, alinhando-se com as tendências tecnológicas mais recentes e impulsionando o ecossistema de inovação no Brasil.

Com inscrições abertas até o dia 31 de outubro, o edital faz parte do Programa Petrobras Conexões para Inovação, que busca fomentar o desenvolvimento de startups brasileiras que possuam tecnologias capazes de gerar impacto positivo nos processos da estatal.

O foco principal está em soluções de software, mas a Petrobras também está interessada em deep techs – empresas que trabalham com tecnologias altamente disruptivas e de base científica, como biotecnologia, materiais avançados e computação quântica.

Segundo a Petrobras, essas áreas são estratégicas para sua evolução em um mercado cada vez mais competitivo e dinâmico.

O edital prevê a seleção de startups que possam desenvolver soluções em quatro áreas principais: otimização de processos operacionais, aumento da eficiência energética, redução de custos e melhoria na segurança das operações. As propostas selecionadas passarão por um rigoroso processo de avaliação, que incluirá a análise técnica e o potencial de impacto econômico e ambiental.

O edital tem como meta estimular a criação de novas tecnologias que possam ser aplicadas diretamente nas operações da Petrobras, permitindo à companhia otimizar seus processos e reduzir custos operacionais.

Startupi

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado



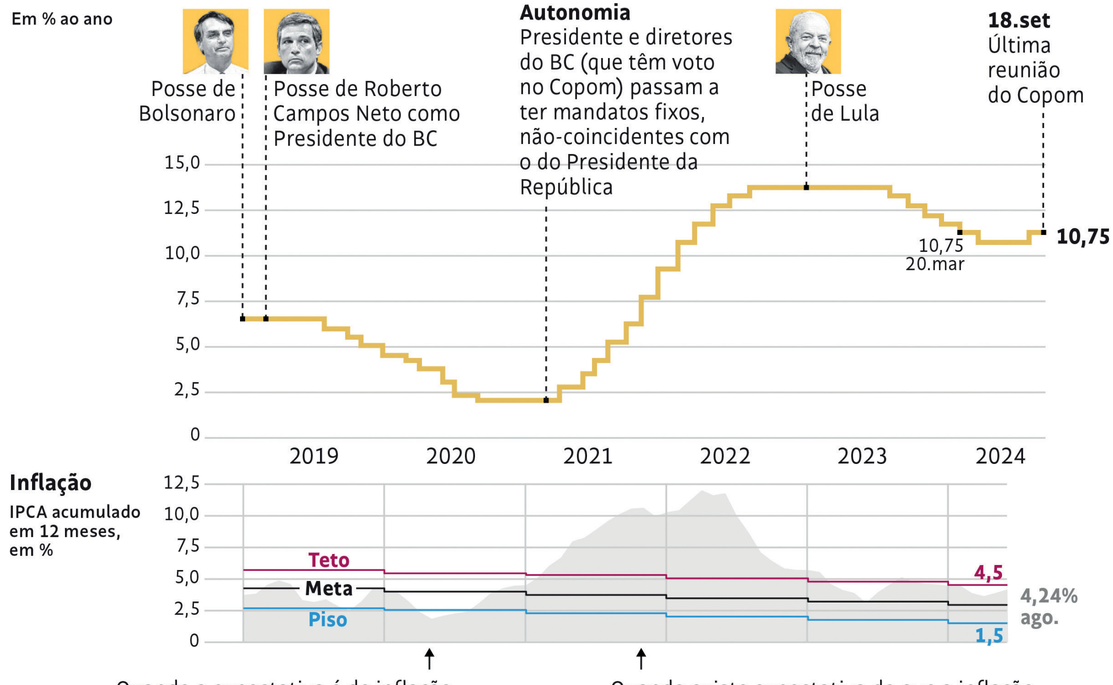
OZ Fields Good Garden SPE S.A.

(em constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Realizada no dia 26/04/2024, às 10 hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Presentes os fundadores e subscritores representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Anderson Wender de Oliveira Beserra Pattaro - Presidente; Vitória Bastos Alves de Freitas - Secretária. **Ordem do dia e Deliberações**: 1. Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **OZ Fields Good Garden SPE S.A.**, bem como o projeto de estatuto social apresentado aos presentes, o qual foi anexado à presente ata na forma do Anexo I. 2. Aprovar, sem quaisquer ressalvas, a subscrição de 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 cada uma, totalizando um valor de R$ 1.000,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. 5.3. A totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia são subscritas pelos acionistas fundadores presentes, de acordo com as seguintes proporções: (a) a acionista **OZ Fields Exploração e Metálicos S.A.**, subscreveu 999 ações ordinárias, pelo valor de R$999,00, a ser integralizada na forma do Boletim de Subscrição, assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo II; e (b) o acionista **Ivo Rodrigues Elias**, subscreveu 1 ação ordinária, pelo valor de R$1,00, a ser integralizada na forma do Boletim de Subscrição, assinado na presente data, que integra esta ata na forma do Anexo III; 4. O Capital será integralizado em moeda corrente do País em até 12 meses, a contar da data de expedição da Autorização de Funcionamento Jurídico. 5. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), o Presidente declarou constituída a Companhia. 5.6. Em seguida, nos termos do estatuto social, os acionistas fundadores elegeram, por unanimidade, para um mandato unificado de 1 ano, os seguintes diretores: (i) o **Ivo Rodrigues Elias**, para o cargo de Diretor Presidente; e (ii) Sr. **Samuel Asafe Silva Medeiros CostA**, com endereço profissional à Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, em SP/SP, para o cargo de Diretor sem designação específica. 7. Os membros da Diretoria ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial. 8. Os Srs. Ivo Rodrigues Elias e Samuel Asafe Silva Medeiros Costa, acima qualificados, tomarão posse em seus cargos imediatamente, mediante a assinatura do Termos de Posse, conforme Anexo IV, a presente ata. 9. A remuneração global dos diretores, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente, observando o disposto na legislação aplicável e no Estatuto Social que ora passa reger a Companhia. 10. Aprovar que as publicações ocorrerão em jornais que sigam os parâmetros estabelecidos pela lei vigente das Sociedades por Ações, quando necessárias. 11. Autorizar os diretores ora eleitos a ultimar todas as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. São Paulo/SP, 26/04/2024. **Advogada Responsável: Vitória Bastos Alves de Freitas** - OAB/SP nº 453.706. **Oz Fields Good Garden SPE S.A. -** *(em constituição)* - **Capítulo I.** - **Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A **OZ Fields Good Garden SPE S.A.** é uma Companhia anônima de propósito específico que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro em São Paulo, à Rua Sader Macul, nº 96, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding). **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II.** - **Do Capital - Artigo 5º.** O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de **R$ 1.000,00** dividido em **1.000** ações ordinárias nominativas, emitidas por **R$ 1,00** cada uma. **§1º.** Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. **§2º.** A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. **Artigo 6º.** A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Capítulo III.** - **Das Assembleias Gerais - Artigo 7º**. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á até o dia 31 de março de cada ano, e a Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que os interesses da Companhia assim exigirem, observadas as competências e quórum de deliberação previstos na legislação aplicável. **Artigo 8º**. As assembleias gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia ou pelo seu substituto, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. **Capítulo IV. - Da Administração - Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 2 e no máximo 5 Diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. Dos diretores, 01 será o Diretor Presidente e, os demais, Diretores sem denominação específica. **Artigo 10.** Os Diretores terão prazo de mandato unificado de um ano, considerando-se o ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleito. **§ Único.** A assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. **Artigo 11.** Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo a vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim o entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa que o exercerá interinamente até a primeira assembleia geral que vier a se realizar após o evento, que proverá um cargo definitivo. **§ Único.** O diretor eleito nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo prazo remanescente do mandato do Diretor que houver sido substituído. **Artigo 12**. Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **§ Único.** O substituto poderá ser um dos demais diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo. **Artigo 13**. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido. **§1º.** As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício. **§2º.** As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **Artigo 14**. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. **§1º**. A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, Companhias de economia mista e entidades paraestatais compete ao Diretor Presidente. **§2º.** A Diretoria poderá, em reunião, indicar qualquer diretor, ou autorizar a outorga de mandato a terceiros, para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer diretor, sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticos conferidos por este Estatuto ou pela Diretoria a ela própria ou a qualquer diretor. **§3º.** A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a hipoteca, penhor ou ônus de qualquer espécie, de bens imóveis da Companhia dependem da autorização e aprovação dos acionistas reunidos em assembleia geral. **Artigo 15**. As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: (a) por dois diretores em conjunto; (c) por qualquer diretor em conjunto com um procurador ou (d) por dois procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **§ Único.** Obedecido o disposto no Artigo 14, § 2º, a Companhia deverá ser representada conjuntamente pelos diretores ou procuradores. **Artigo 16**. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia conjuntamente pelos diretores; devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. **Artigo 17**. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal - Artigo 18**. O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI.** - **Do Exercício Social, Do Balanço e Do Lucro - Artigo 19**. O exercício social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20**. Ao fim de cada exercício fiscal, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **§ Único.** Conforme o Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967, a administração deverá publicar, anualmente, até 28 de fevereiro de cada ano, no Diário Oficial da União ou no jornal oficial dos Estados, segundo o local da respectiva sede e, também, em outro jornal de grande circulação as demonstrações financeiras da Companhia. **Artigo 21**. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **§ Único.** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **Capítulo VII.** - **Da Liquidação - Artigo 22**. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos legais, e especificamente no momento do cancelamento da autorização temporária conforme prevista na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 381, de 4/03/2020, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Artigo 23**. Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo/SP, 26/04/2024. **Advogada Responsável: Nome: Vitória Bastos Alves de Freitas -** OAB/SP nº 453.706. Jucesp sob o NIRE nº 3530064084-5 em 21/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Evolução da taxa básica de juros



Fontes: Banco Central, Bloomberg e IBGE

Remuneração no Executivo federal

Maiores salários

Em R$, a partir de 2025



Menores salários

Em R$, a partir de 2025

Técnicos-administrativos em educação
1.788

Meio ambiente (Ibama, ICMBio e MMA)
2.223

Ciência e Tecnologia
2.542

Inmetro
3.000

Plano geral de cargos e plano especial de cargos
3.011

Carreiras do INSS
3.212

Assistência à execução penal
3.268

Previdência, Saúde e Trabalho, Denasus e agentes de combate às endemias
3.383

Inep e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
3.501

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
3.505

Fonte: Termos de acordo do MGI

Publicidade Legal

Mauá Luz SPE Ltda.

CNPJ sob nº 26.529.868/0001-77 - NIRE 3523026103-4

Ata de Reunião de Sócios da Mauá Luz SPE Ltda. realizada em 30 de Abril de 2024.

No dia 30 de abril do ano de 2024, e atendendo ao disposto nos Artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro), reuniram-se em Assembleia Geral da sociedade Mauá Luz SPE Ltda, registrada na JUCESP sob NIRE 3523026103-4 e CNPJ sob nº 26.529.868/0001-77, Rua Benedito Augusto do Nascimento, nº 372, Jardim Pilar, Mauá, São Paulo, o Senhor Jorge Marques Moura, representante da sócia-cotista Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda, o Senhor Marcelo Souza de Camargo Rodrigues, representante da sócia-cotista FM Rodrigues & CIA Ltda, o Senhor Mário Vieira Marcondes Neto e o Senhor Cláudio Roberto de Leoni Ramos, ambos representantes da sócia-cotista Conasa Infraestrutura S.A., perfazendo quórum máximo de 100% (cem por cento) da sociedade, às 9:00 horas, em primeira chamada para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1º Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.** Foi aclamado pelos presentes para presidir a mesa conforme disposto Código Civil Artigo 1075 - Lei 10.406/2002, o Senhor Jorge Marques Moura, portador do CPF n° 761.631.568-20, representante da sócia-cotista Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda, que convidou a mim, o Senhor Marcelo Souza de Camargo Rodrigues, portador do CPF n° 148.259.988-01, representante da sócia-cotista FM Rodrigues & Cia Ltda. para secretariá-lo. Composta a mesa o Senhor Presidente colocou em pauta o 1° Item da Ordem do Dia: **1° Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.** Após a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios, foram observadas as seguintes ocorrências: (1) Contas da administração; (2) Demonstrações Contábeis, contendo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do exercício, ambos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023. Por unanimidade os sócios aprovaram as contas da administração e as demonstrações contábeis exercício findo em 31 de Dezembro de 2023. Os administradores, presentes, agradeceram a confiança dos sócios, e após cumprir todas as formalidades legais e nada mais havendo a tratar e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente Assembleia, lavrando-se a presente ATA que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária que a lavrei e pelos demais presentes. **Jorge Marques Moura -** Presidente; **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues** - Secretário; **Jorge Marques Moura -** Brasiluz; **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues -** FM Rodrigues/ Diretor Executivo/Conselheiro; **Mario Vieira Marcondes Neto** - Conasa/Diretor Executivo; **Cláudio Roberto de Leoni Ramos -** Conasa; **Daniel Faour Auad** - Diretor Executivo/Conselheiro/Presidente Conselheiro Administrativo; **Paulo André Gabriel Baschiero** - Conselheiro. Jucesp nº 312.893/24-3 em 05/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DOMUS ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

CNPJ/MF nº 30.975.713/0001-31 - NIRE nº 35.300.518.985

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGE, que se realizará no dia **02/10/2024** às 14 horas, na Rua Maestro Cardim, n. 1191 - 6. andar - cjs. 63, 64 e 66 - São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Eleição da Diretoria para o triênio 2024 a 2027; **2.** Outros assuntos interesse social. São Paulo, 19 de setembro de 2024. Levon Kessadjikian. (20, 21, 24/09/2024)

Cremonese Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 26.910.645/0001-55

Edital de Convocação

Ficam convocados os sócios da Sociedade a se reunirem, na data de 02/10/2024, às 16h30, em primeira convocação, e na data de 02/10/2024, às 17h, em segunda convocação, para participarem da Reunião de Sócios da Sociedade, **a ser realizada de forma digital, por meio da plataforma Teams, no link:** *https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTJhYjhkYTctZmQ4My00YmZlLWEwMTUtYzVhNmYzYjZmYTU1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228fac0c29-1bb0-496b-9f44-b9e5576f96ef%22%2c%22Oid%22%3a%2283f34ec7-08f1-44fa-858f-2af1ecc7ffe7%22%7d*, para todos os fins legais na sede da Sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** decidir e aprovar a manifestação de voto da Sociedade na Assembleia Geral Extraordinária da **Centropec – Agropecuária do Centro-Oeste S/A.**, inscrita no CNPJ nº 02.511.775/ 0001-57 ("Companhia"), cuja ordem do dia será a eleição de novo conselheiro de administração da Companhia para preenchimento do número mínimo de conselheiros obrigatório por lei; e **(ii)** autorizar a Administração da Sociedade a praticar todos os atos e firmar todos os documentos necessários a fim de efetivar as deliberações do item (i) acima, se aprovadas. Os sócios devem comparecer na reunião mediante acesso ao link acima informado munidos dos seguintes documentos: 1. Pessoas Físicas: cópia autenticada de seu documento de identidade; e 2. Procuradores: cópia autenticada de seu documento de identidade e procuração com poderes específicos outorgada nos termos da legislação vigente. Os sócios poderão participar e votar na reunião mediante atuação remota, acessando o link acima no dia e horários indicados acima, sendo que os sócios que não comparecerem serão considerados ausentes. As sócias Luzia Cavallini Bodini, Lilian Bodini Rossetto, Lourdes Bodini Von Zuben e Leda Cavallini Bodini. (23 e 24/09/2024)

Quanto a caderneta rendeu nos últimos anos

Em %	Rentabilidade nominal	Inflação IPCA	Rentabilidade real (descontado IPCA)
2010	6,9	5,91	0,93
2011	7,5	6,5	0,94
2012	6,47	5,84	0,6
2013	6,37	5,91	0,43
2014	7,24	6,41	0,78
2015	8,15	10,67	-2,28
2016	8,3	6,29	1,89
2017	6,94	2,95	3,88
2018	6,17	3,75	2,33
2019	6,17	4,31	1,78
2020	6,17	4,52	1,58
2021	6,22	10,06	-3,49
2022	7,9	5,78	2
2023	8,21	4,62	3,43
2024*	4,68	2,85	1,78
Últimos 12 meses**	7,25	4,24	2,89

*Até agosto. **Até agosto de 2024

Mauá Luz SPE Ltda.

CNPJ sob nº 26.529.868/0001-77 - NIRE 3523026103-4

Ata de Reunião de Sócios da Mauá Luz SPE Ltda realizada em 28 de Abril de 2023.

No dia 28 de abril do ano de 2023, e atendendo ao disposto nos Artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro), reuniram-se em Assembleia Geral da sociedade Mauá Luz SPE Ltda., registrada na JUCESP sob NIRE 3523026103-4 e CNPJ sob nº 26.529.868/0001-77, Rua Benedito Augusto do Nascimento, nº 372, Jardim Pilar, Mauá, São Paulo, o Senhor Jorge Marques Moura, representante da sócia-cotista Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda., o Senhor Marcelo Souza de Camargo Rodrigues, representante da sócia-cotista FM Rodrigues & CIA Ltda., o Sr. Mário Vieira Marcondes Neto e o Senhor Cláudio Roberto de Leoni Ramos, ambos representantes da sócia-cotista Conasa Infraestrutura S.A., perfazendo quórum máximo de 100% (cem por cento) da sociedade, às 9:00 horas, em primeira chamada para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1º Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.** Foi aclamado pelos presentes para presidir a mesa conforme disposto Código Civil Artigo 1075 - Lei 10.406/2002, o Senhor Jorge Marques Moura, portador do CPF n° 761.631.568-20, representante da sócia-cotista Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda, que convidou a mim, o Senhor Marcelo Souza de Camargo Rodrigues, portador do CPF n° 148.259.988-01, representante da sócia-cotista FM Rodrigues & Cia Ltda., para secretariá-lo. Composta a mesa o Senhor Presidente colocou em pauta o 1º Item da Ordem do Dia: **1° Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.** Após a leitura dos documentos mencionados na ordem do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios, foram observadas as seguintes ocorrências: **(1)** Contas da administração; **(2)** Demonstrações Contábeis, contendo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do exercício, ambos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022. Por unanimidade os sócios aprovaram as contas da administração e as demonstrações contábeis exercício findo em 31 de Dezembro de 2022. Os administradores, presentes, agradeceram a confiança dos sócios, e após cumprir todas as formalidades legais e nada mais havendo a tratar e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente Assembleia, lavrando-se a presente ATA que vai assinada pelo Senhor Presidente, por mim Secretária que a lavrei e pelos demais presentes. **Jorge Marques Moura -** Presidente; **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues** - Secretário; **Jorge Marques Moura -** Brasiluz; **Marcelo Souza de Camargo Rodrigues -** FM Rodrigues/ Diretor Executivo/Conselheiro; **Mario Vieira Marcondes Neto** - Conasa/Diretor Executivo; **Cláudio Roberto de Leoni Ramos -** Conasa; **Daniel Faour Auad** - Diretor Executivo/Conselheiro/Presidente Conselheiro Administrativo; **Paulo André Gabriel Baschiero** - Conselheiro. Jucesp nº 312.891/24-6 em 05/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 | Código CVM nº 02533-0 – *Companhia Aberta*

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de outubro de 2024

Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada e em vigor ("Resolução CVM 81"), convocar Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **24 de outubro de 2024**, às 14h30, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, sala Universo Digital, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** o exame e apreciação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Soudi Pagamentos LTDA. pela Allied Tecnologia S.A.", celebrado pela administração da **Soudi Pagamentos Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º (parte) andar, Edifício Plaza Centenário, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.639.888/0001-29 ("SOUDI" ou "Incorporada") e pela administração da Companhia em 20 de setembro de 2024; **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação, pela Companhia, da **B4A Serviços Contábeis S/S,** Sociedade de profissionais, estabelecida à Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1550, cj. 2302, 23º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04711-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.789.369/0001-40, registrada originalmente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP043209/0-6 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada contratada para elaboração do laudo de avaliação contábil do patrimônio líquido da Incorporada ("Laudo de Avaliação Contábil"); **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação Contábil elaborado pela Empresa Avaliadora; **(iv)** a aprovação da incorporação da Incorporada pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada e a versão do seu acervo líquido para a Companhia; **(v)** a aprovação da alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para incluir parte das atividades sociais desempenhadas pela Incorporada; **(vi)** a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; **(vii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; **(viii)** a aprovação de utilização de mais um jornal de grande circulação como alternativa ao Jornal Data Mercantil para as publicações legais da Companhia; **(ix)** a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. As propostas de deliberação descritas nos itens (i) a (v) acima são negócios jurídicos totalmente interdependentes e vinculados, sendo que nenhuma será considerada aprovada, válida e eficaz individualmente a menos que as demais dessas deliberações da AGE também sejam aprovadas, válidas e eficazes. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, conforme previsto na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das S.A.. **Participação dos acionistas na AGE:** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: **(i)** pessoalmente; ou **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o Artigo 126 da Lei das S.A. **Documentos necessários para acesso à Assembleia:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia, que será presencial, deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **22 de outubro de 2024**, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização ou apostilamento, conforme o caso, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo/SP, 23 de setembro de 2024. **Rafael Patury Carneiro Leão** – Presidente do Conselho de Administração. (23, 24 e 25/09/2024)

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,5444
Dólar (EUA) - 5,5446
Franco (Suíça) - 6,5431
Iene (Japão) - 0,03862
Libra (Inglaterra) - 7,4026
Peso (Argentina) - 0,005746
Peso (Chile) - 0,006003
Peso (México) - 0,2859
Peso (Uruguai) - 0,133
Yuan (China) - 0,7864
Rublo (Rússia) - 0,05973
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1711

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,5440 / R$ 5,5446 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,532 / R$ 5,533 *
Turismo - R$ 5,569 / R$ 5,749
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,26%

BOLSAS

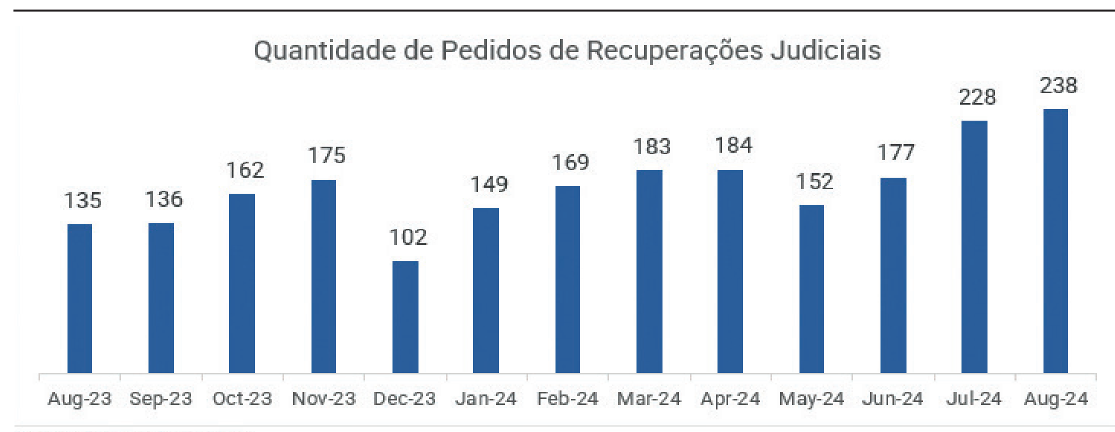
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,38%
Pontos: 130.568
Volume financeiro: R$ 19,754 bilhões
Maiores altas: WEG ON (3,43%), Embraer ON (2,20%), Assai ON (2,08%)
Maiores baixas: Yduqs ON (-5,34%), Usiminas PNA (-4,76%), Vibra ON (-4,04%)
S&P 500 (Nova York): 0,28%
Dow Jones (Nova York): 0,15%
Nasdaq (Nova York): 0,14%
CAC 40 (Paris): 0,1%
Dax 30 (Frankfurt): 0,68%
Financial 100 (Londres): 0,36%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,53%
Hang Seng (Hong Kong): -0,06%
Shanghai Composite (Xangai): 0,44%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,37%
Merval (Buenos Aires): -1,31%
IPC (México): 0,44%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%
Abril 2024: 0,38%
Maio 2024: 0,46%
Junho 2024: 0,21%
Julho 2024: 0,38%
Agosto 2024: -0,02%

Negócios

Pedidos de recuperação judicial registram maior volume em um único mês em quase 8 anos



Fonte: Serasa Experian

Pedidos de Recuperação Judicial Por Porte			
Setores	Ago/23	Jul/24	Ago/24
Micro e Pequena Empresa	91	166	183
Média Empresa	31	43	38
Grande Empresa	13	19	17

Fonte: Serasa Experian

Pedidos de recuperação judicial chegaram a 238 registros em agosto, quantidade 76,3% maior do que no mesmo mês do ano passado. É a segunda maior quantidade de pedidos em um único mês da série histórica, iniciada em 2005. O recorde foi registrado em setembro de 2016, com 244 requisições. Os dados são compilados pela Serasa Experian.

Até então, o mês de julho de 2024 ocupava o segundo lugar no ranking de mais pedidos de recuperação judicial, com 229 requerimentos.

A alta dos pedidos nos últimos dois meses foi impulsionada por pequenas e médias empresas, que representam 183 dos requerimentos feitos em agosto e 166 em julho. Veja no gráfico e na tabela:

Para o economista do Serasa Experian, as altas dos juros e da inflação estão impactando a capacidade dos pequenos e médios empresários de arcarem com suas dívidas. "A inadimplência crescente dos consumidores afeta o fluxo de caixa delas, enquanto a dificuldade no acesso ao crédito limita suas opções de financiamento", diz.

Falências

As empresas que fecharam as portas e declararam sua incapacidade de arcar com dívidas chegaram a uma centena em agosto. Foi a maior quantidade em um mês desde agosto de 2019, quando 162 organizações encerraram suas atividades. O número porém não está entre os maiores da série histórica que é mais longa, iniciada em 1991.

Empresas pequenas e médias também foram destaque nos pedidos de falência de agosto de 2024, com 66 no primeiro grupo e 20 no segundo.

Segundo Rafael S. Coelho, sócio do escritório Paschoini Advogados, o salto no número de pedidos de recuperações judiciais reflete o cenário econômico-financeiro, mas a crise, contudo, "não é nova e se arrasta a anos a fio".

"É bom lembrar que a utilização do mecanismo da Recuperação Judicial para reestruturação empresarial contribui em muito para credibilidade e uso do instituto, afastando a 'pecha' de etapa pré-falimentar, para uma potente ferramenta de reestruturação e equacionamento empresarial", diz o especialista.

IstoÉDinheiro

Mercado Pago faz primeira emissão de letras financeiras e capta R$ 1 bilhão

O Mercado Pago finalizou a emissão de R$ 1 bilhão em letras financeiras (LFs), na primeira vez em que recorreu a esse instrumento de captação. São duas séries de R$ 500 milhões cada, sendo a primeira com vencimento em dois anos e taxa de CDI + 0,50% ao ano; e a segunda com prazo de três anos, e remuneração de CDI + 0,60% ao ano.

De acordo com a fintech do Mercado Livre, a demanda superou em 2,7 vezes o volume ofertado. Os recursos serão aplicados no crescimento das atividades junto a pessoas físicas e jurídicas, em frentes como crédito, processamento de pagamentos e capital de giro.

Com a emissão, a empresa também diversifica as fontes de captação e alonga os seus passivos. A operação, emitida pela Mercado Crédito SCFI, foi coordenada pelo Itaú BBA, e vem após a captação de cotas de um fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) em julho, também de R$ 1 bilhão.

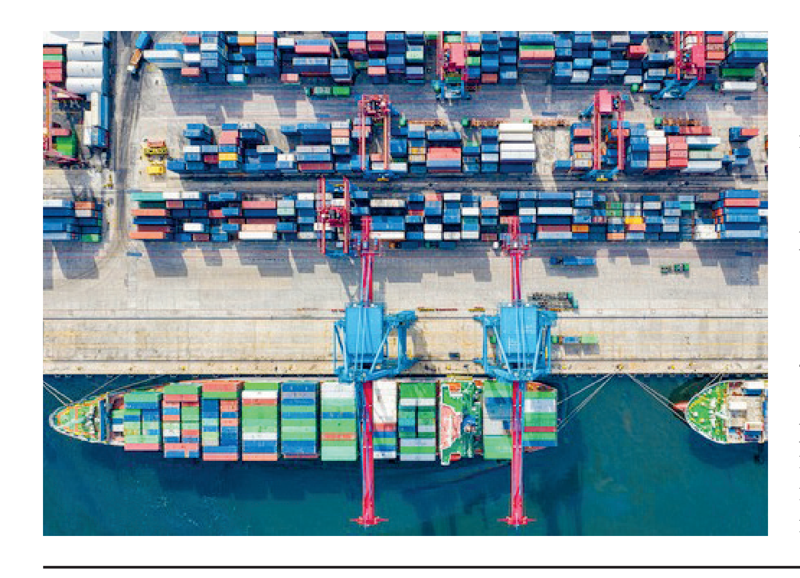
"Conseguimos ampliar a visão dos investidores institucionais sobre o Mercado Pago para além do negócio de meios de pagamento, que agora compreendem os diferenciais do nosso banco digital por fazer parte do ecossistema Mercado Livre", diz em nota o diretor sênior de tesouraria do Mercado Livre e do Mercado Pago no Brasil, Lourenço Cassandre.

Segundo ele, a fintech deve realizar novas emissões no futuro, diante do rápido crescimento e da percepção de que há apetite por parte dos investidores.

IstoÉDinheiro



Gigante francês vai comprar 48% da Santos Brasil por R$ 6,3 bilhões



A empresa Opportunity anunciou, neste domingo (22), a venda de sua participação na operadora portuária Santos Brasil para para a CMA CGM, referência mundial em logística e transporte. A Opportunity detinha aproximadamente 48% da Santos Brasil, segundo do anúncio da própria companhia. Em fato relevante ao mercado, a Santos Brasil afirma que os termos pactuados na operação envolvem valores mobiliários de R$ 15,30 por ação, correspondente a um preço agregado de R$ 6,3 bilhões. Segundo o comunicado, a ação será paga à vista quando houver o fechamento da operação. Caso isso ocorra a partir de 1º de janeiro de 2025, haverá acréscimo no valor dos papéis.

O grupo Opportunity afirma que, embora o contrato tenha sido assinado neste domingo, a conclusão da transação só se dará após as aprovações regulatórias, quando será realizada uma oferta pública de aquisição de ações aos demais acionistas da Santos Brasil, nos mesmos termos e condições concedidos aos fundos e entidades geridas pelo Opportunity.

O grupo CMA CGM é líder em soluções marítimas, aéreas e terrestres no mundo, sendo o terceiro maior no mercado de contêineres. A empresa tem sede em Marselha, na França, e emprega hoje cerca de 160 mil funcionários.

IstoÉDinheiro